

ARTIGO**A DINÂMICA LOCAL VERSUS A LÓGICA GLOBAL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Érika Nogueira Pirola Couto¹**RESUMO**

Este texto tem como objetivo apresentar alguns argumentos sobre o processo de globalização vigente e a emergência do novo modelo de acumulação, mostrando de que forma as localidades se apresentam diante deste cenário. Neste contexto de maior integração das relações econômicas em nível global, as localidades cresceram em importância e que com suas especificidades tornaram-se necessárias no processo de transformação econômico, político e social. Até porque se não se criar condições para que as localidades, pensadas aqui em termos de municípios, sejam instrumentos de desenvolvimento econômico e social; o inchaço metropolitano crescerá em escalas progressivas e só aprofundará a urbanização caótica que conduz ao crescimento "anárquico" das cidades, a especulação imobiliária e a periferização dos assentamentos urbanos.

Palavras-chave: local, global, escalas.

ABSTRACT

This text aims to present some arguments about the current process of globalization and the emergence of new accumulation model, showing how the locations are presented on this scenario. In this context of greater integration of economic relations at the global level, localities grew in importance and with their specificities have become necessary in the process of economic transformation, political and social. So because it does not create conditions for localities, thought here in terms of municipalities, are instruments of economic and social development; swelling metropolitan grow on scales progressive and only deepen the chaotic urbanization that leads to growth "anarchic" of cities, land speculation and the periphery of urban settlements.

Keywords: local, global, scales.

¹ Professora de Economia dos cursos de Administração, Engenharia da Produção e Publicidade e Jornalismo na Estácio de Sá de Vila Velha e Vitória.

1 INTRODUÇÃO

Em 2001, o trabalho desenvolvido pelo IPEA sobre Cidades Médias, mostrou que o Brasil presenciou nos anos 50 e 60 a concentração e o superpovoamento como resultado da crescente migração para as cidades que produziu um inchaço urbano que, posteriormente, tornou-se inchaço metropolitano. Em função disto, as políticas públicas nacionais desse período focaram a ocupação do território via integração e interiorização do desenvolvimento, evitando-se uma ampliação dos graves problemas sociais existentes nesses grandes centros urbanos nacionais. Atualmente as localidades se apresentam como o *locus* das possibilidades de desenvolvimento regional contemporâneo, pois ao oferecer condições de manutenção da população local, elas contribuem para um maior equilíbrio espacial (STEINBERGER; BRUNA 2001, p. 36-37).

Cabe ressaltar que também não se acredita na proposição da ideia da “endogenia exagerada” das localidades, conforme salienta Brandão (2003, p. 9), que crêem nas *“vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem autocontrole sobre seu destino, e procura promover sua governança virtuosa lugareira”*. Existem inúmeros conflitos a serem superados como o individualismo, a falta de coesão, a rigidez, o antagonismo das classes sociais, etc. Mas não se pode deixar de levar em consideração o vulto que o local tomou neste século, principalmente pelo fato das “cidades” venderem atributos específicos de identidade, tácitos e intransferíveis, ou seja, atributos que só existem naquela localidade.

Conforme Vainer (2003, p. 30-31), vive-se em uma era marcada pelo encontro de duas utopias urbanas: de um lado a cidade-empresa, que abrange a cidade-mercadoria e a cidade-negócio onde se afirma a cidade do marketing, consensual, que rejeita qualquer debate aberto e teme o conflito e, por outro lado, a cidade democrática conduzida pela política. Nela o conflito é desejado, pois é um elemento de transformação da cidade. *“Seus habitantes são pensados como cidadãos em construção, que, ao se construírem, constroem também a cidade”*. Para o autor, trata-se de um momento histórico, pois se chegou a um patamar onde a cidade democrática começa a se concretizar, mas ela não se realiza de maneira plena

atualmente, apenas parcialmente. *“Nessas experiências, apesar de todas as suas limitações, tem-se a experiência concreta da idéia, propalada a partir do Fórum Social Mundial, de que um outro mundo é possível, o que pode perfeitamente ser traduzido por: uma outra cidade é possível”.*

1 TEXTO

A reestruturação do território brasileiro, amplamente reconhecida em nível acadêmico, empresarial e político, vêm caracterizando-se por profundas transformações econômico-espaciais, decorrentes da forma de inserção do País em um processo que atua em escala planetária, redesenha o mapa do mundo e gera o desafio de compreender as novas realidades que a conformam (AJARA, 2001). Nesse sentido, de acordo com Santos (1999, p. 9) *apud* (Ajara, 2001):

O grande desafio desse fim de século é o entendimento das novas estruturas econômicas e políticas que, organizadas à escala do planeta, estão criando um verdadeiro novo mundo do qual um dos aspectos marcantes são as novas configurações espaciais. Desse modo, a Geografia como um todo é levada a se renovar.

De modo geral, as análises do fenômeno da globalização levam a dois tipos opostos de conclusões. Para alguns autores, a globalização da atividade econômica compromete a autonomia e identidade das regiões e das nações (CASTELLS, 1993; HARVEY, 1989; OHMAE, 1996; REICH, 1991). Para outros autores, ao contrário, o fenômeno da globalização faz emergir o quadro local e o valoriza, pois é na escala local que as formas de organização produtiva ancoradas no território e inseridas na escala global são colocadas no lugar. Nessa perspectiva, o local subentende o global através de um processo de territorialização (PERRIN, 1983; SCOTT, 1986; GILLY, 1987; CREVOISIER ET MAILLAT, 1989). Assim, os exemplos das ditas regiões “ganhadoras” atestam a importância dos fenômenos de territorialização como elementos determinantes da competitividade dos sistemas territoriais de produção (BENKO; LIPIETZ, 1992)

A globalização não é somente a existência de um novo sistema de técnicas, mas de ações que garantem a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que explicam a arquitetura global da globalização são: *“a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”*. Um mercado que utiliza essas técnicas resulta na globalização perversa, mas isso pode ser diferente se o uso político for outro. Seguindo a lógica de Milton Santos, pretende-se fazer uma abordagem sobre a globalização que não siga o caminho do radicalismo, mas na esperança de utilizar o sistema técnico contemporâneo a partir de formas benéficas de ação (SANTOS, 2003, p. 24).

Assim, a globalização é um fenômeno de reestruturação espacial; ela recria diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e os centros, além de impactar fortemente nas esferas econômica, social, política e cultural. Ela gera novos núcleos urbanos em áreas que passam a integrar o espaço globalizado. (CORREA, 2006:256-263). Essa nova dinâmica é assinalada por características duais, contraditórias, originais e inovadoras como o enfraquecimento do estado-nação, a evolução das informações, a descentralização e a integração de empresas, o acirramento das identidades locais, fazendo com que a cultura local seja tencionada e confrontada por outras, etc. Com a globalização perdem-se algumas identidades e passa-se a dar valor às novas; ele é um processo excludente e assimétrico e acirra certas identidades. Mas mesmo com toda essa lógica perversa, cabe ressaltar que as localidades, representadas pelos municípios, ganharam importância com a globalização, pois são pontos de interligação entre os diversos tipos de fluxos.

O lugar pode ser visto como a expressão geográfica da singularidade, o resultado da ação combinada de processos universais, particulares e singulares, de determinações contingenciais. Não é único, mas singular. No lugar condensam-se processos em ação que são multi-escalares e caracterizados por distintas temporalidades. O conceito de lugar é hoje mais importante que no passado devido ter sido reelaborado como conceito que estabelece limites ao processo de globalização sem, no entanto, negá-lo. Os processos globais ganham forma nos diferentes lugares. Um pequeno lugar, uma pequena cidade, por exemplo, que têm a sua economia baseada em uma especialização produtiva, resultado da ação de grupos locais ou de uma grande corporação multinacional, apresenta-se como singular no âmbito de uma ampla divisão territorial do trabalho, dela participando singularmente, por intermédio de sua especialização produtiva que alcança um mercado nacional ou mesmo global (CORREA, 2005, p. 5).

Na atual dinâmica capitalista destaca-se o surgimento de um novo regime de acumulação que vai além da lógica das economias de escala e permite uma maior flexibilidade do capital a nível mundial. Novas exigências emergem dos diversos setores em termos de base técnica e organizacional. Já não bastam mais economias de escala, é necessário redescobrir novas relações entre os processos produtivos e as necessidades de consumo. Faz-se mister a sinergia entre as partes para um melhor funcionamento do todo.

Além disto, vive-se a era da economia de escopo, onde uma gama de produtos feitos em uma mesma linha se sobrepõe às economias de escala e requerem a exploração de nichos bem mais específicos. Nesse novo ambiente desaparece a separação entre bens e serviços, os setores econômicos se confundem, há uma diversificação das qualificações processuais, ao mesmo tempo em que as empresas unem-se em redes produtivas. Assim, a produção mundial encontra-se dissipada pelas partes do globo fazendo com que diversos componentes sejam produzidos em diferentes nações e montados em outras, de forma que os produtos sejam comercializados e consumidos em qualquer parte do mundo (MENEZES, 2003, p. 305).

Desta forma, o mercado passa a ser visto de forma mais extensiva; ele ultrapassa as fronteiras geográficas do lugar e essa nova lógica vem desafiando os espaços nacionais e regionais. Diante deste cenário, alguns autores argumentam na tendência a homogeneização dos espaços e extinção das fronteiras geográficas, conduzindo a uma destruição de barreiras econômicas, culturais, políticas e sociais entre países e regiões onde os conglomerados econômicos atuam livremente sem lealdade a soberania dos Estados-nações. Tal situação levou a uma diminuição do poder de decisões das localidades, mas, ao mesmo tempo, proporcionou que elas ganhassem em desempenho ao atrair capitais para investimentos dentro de seus espaços territoriais. Nesse sentido, “entrar na lógica da produção atual é, pois, saber atrair capitais e saber fazer parte dos circuitos produtivos os quais, não raramente, se constroem por intermédio das redes de empresas” (MENEZES, 2003, p. 310).

Esse contexto engendrou o surgimento de uma situação contrastante entre as diferentes regiões do mundo. Para algumas significou uma forma de se posicionarem em mercados mais amplos e aumentarem a sua competitividade, já

para outras, o efeito foi contrário. Assim, uma região que consiga atrair capitais locais ou externos para investir em sua área geográfica e que tenha uma infraestrutura que suporte tais investimentos, conhece amplas possibilidades em termos de desenvolvimento (MAILLAT, 2002).

É na escala local que as formas de organização produtivas ancoradas no território são inseridas na escala global e são colocadas no lugar, subentendendo o local através de um processo de territorialização. Estar integrado nos circuitos das grandes decisões de investimento e sintonizado na dinâmica global torna-se cada vez mais importante. Menezes (2003, p. 309) destaca que,

Dessa forma, uma interação entre o local e o movimento de globalização deve se verificar, mas mantendo um desenvolvimento endógeno e sustentável em sinergia com as grandes modificações processadas no mercado internacional. O regional deixa de ser visto como uma justaposição de interesses sociais geograficamente localizados e ganha uma nova dimensão em que os interesses buscam novas parcerias, seja em associações produtivas (diversificação do capital ou terceirização integrada), seja na comercialização (exportação) da produção. A dinâmica econômica regional fica assim, pela extrapolação do "local", ampliada em seus horizontes.

Llorens (2001, p.17) apresenta um esquema onde estão retratados os desafios que as economias locais devem enfrentar frente à dinâmica da globalização. Eles iniciam pelo nível microeconômico, onde devem ser superadas questões relacionadas à insuficiência produtiva e passam pela reestruturação política e institucional, onde se espera que as gestões públicas descentralizadas concedam novos papéis e ofereçam maiores recursos e competências às administrações locais, de forma a facilitar as alianças e a articulação de atores territoriais para o desenvolvimento econômico local.

ESQUEMA 1.1
Mudança Tecnológica, Globalização e Ajuste Produtivo



Sendo assim, percebe-se que para assegurar a sobrevivência das localidades nesse mundo globalizado, elas necessitam estar munidas de alguns fatores que garantam a criação das condições favoráveis ao seu desenvolvimento. E cada vez mais características específicas de uma determinada localidade ganham importância, uma vez que, são elas que, em grande parte, que determinam o nível de integração e competitividade de uma economia local.

Desta forma, a capacidade das economias locais fazerem frente ao processo de globalização é determinada por vantagens competitivas. Sobre isso Maillat (2002, p. 15) destaca:

Parece que os sistemas (locais) são acionados por uma lógica territorial e por um meio, que atribuem à região maiores possibilidades de ação e que lhe permitem manter processos endógenos de desenvolvimento. De fato, esses sistemas dispõem de uma parte dos recursos específicos permitindo diferenciar-se dos outros sistemas e, por outro lado, de uma capacidade de regulação interna sobre a qual é possível agir dentro do quadro de uma política de desenvolvimento.

De forma geral, o contexto de reestruturação e crise de padrão de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que desvincula, fragmenta e exclui, gera novas alternativas de construção endógena. A ideia de desenvolvimento local ganha substância quando pensada à construção de padrões alternativos, associação que presume que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas

pelo alto, ou substituídas por outros sistemas de fluxos apartados dos lugares. Terreno de reconstrução de identidades e vínculos, de reconfigurações socioprodutivas e gestação de novas esferas públicas, o local se configuraria como um campo de resposta necessário e insubstituível (SILVEIRA et all., 2001:7)

A compreensão do local como alavanca significa uma reconstituição de direitos e recomposição de práticas e relações, que se afasta da paralisia crítica diante de uma dominação global e se distingue dos movimentos de fuga para trás. São os próprios fluxos da "sociedade em rede", no contexto de mutações nos padrões de acumulação, que "atualizam o sentido analítico e prático do local como território de mudança estrutural nas formas de reprodução social" (BOCAYUVA,1998).

O tratamento da questão pode associar-se ao problema das formas de superação das desigualdades geradoras de exclusão social. Não é exagero dizer que as relações sociais tendem cada vez mais a se constituir por vínculos onde os limites espaciais são transponíveis, redefiníveis, desnaturalizados. Onde, particularmente, a relação tempo-espaço se transforma. Porém, o grau de condicionamento do tempo ao espaço é socialmente desigual. Este mesmo processo gera novas segmentações internas a cada lugar, na forma de fragmentação e segregação - modalidades de exclusão. Defronta-se assim com "a separação entre as pessoas que sofrem com a falta de mobilidade (e que praticamente só têm acesso à mobilidade mediatizada e imaginária) dos outros, aqueles que são multi-informados, multipolares e ultra móveis" (VIARD, 1994 apud COCCO, 1999).

O problema da manutenção de amplos contingentes humanos à margem ou na periferia dos sistemas de fluxos materiais e imateriais - e de sua gestão - pode ser formulado como o da separação entre o espaço dos lugares e o espaço dos fluxos. Sugerir que o espaço dos lugares seja também o espaço dos fluxos supõe tratar diretamente da questão da exclusão, também como problemática sócio-espacial. (CASTELLS, 2000)

Nesse contexto, não se pensa o local na ótica do "localismo", dos atores encarcerados em seus cantos e fronteiras espaciais. A ideia do local como necessário e insubstituível não quer dizer o local como suficiente. Um acesso maior ao fluxo de bens, serviços e informações representa estar conectado com espaços mais amplos. O endógeno não se desenvolve dissociado do exógeno.

Conforme Silveira e Bocayuva (1998), não se pode perder de vista a subordinação dos lugares aos fluxos sistêmicos e hierarquizados, "inverter este vetor - ou este poder - é parte da perspectiva democrática presente na ótica cidadã que informa a construção das ações locais". Uma inversão hierárquica dos fluxos: perceber o local como centralidade e não como ponta, mais que uma imagem, é algo que se configura no coração das mutações contemporâneas, como se o mesmo processo que estilhaça as antigas ordens de produção apresentasse, como possibilidade de devolução, outras e até então impensadas tessituras.

Esta abordagem associa-se diretamente à valorização das dimensões produtivas locais, sob uma ótica de socioprodutividade. A ênfase na questão da socioprodutividade diferencia-se aqui do paradigma produtivista e do foco na esfera da produção de bens materiais. Na verdade, situa-se no contexto da crise da produtividade em sua acepção industrialista.

Diante da crescente importância que o local assume no âmbito global, observa-se nos últimos anos uma crescente preocupação das políticas de desenvolvimento regional quanto à abordagem que estas devem conter. Para ilustrar tal fato, Bandeira (1999: 9) apresenta um trecho de um documento da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, datado de 1995, onde se observa tal situação:

[...] a incorporação ao processo de planejamento de uma pesquisa aprofundada de esquemas de regionalização, em função da quais as atuais macrorregiões do país — cuja grande extensão geográfica e conseqüente heterogeneidade de características físicas e econômicas não permitem uma intervenção mais apropriada do Governo — seriam divididas em sub-regiões, áreas-programa e áreas de desenvolvimento local, para as quais pudessem ser definidos programas governamentais mais adequados às especificidades de cada segmento do espaço regional.

No texto nota-se a preocupação com as diferenças existentes entre as regiões brasileiras. Tais preocupações levam a um foco mais adequado das políticas públicas a serem empregadas, e por esse motivo são verdadeiras, uma vez que o local possui suas especificidades e, sua lógica de funcionamento, não é estável. Ela resulta de um processo de aprendizagem que evolui com o tempo, podendo ser levada ao caminho da coerência ou da desarticulação (MAILLAT, 2002).

Maillat (2002:14) define os espaços locais como “um conjunto regido por normas, regras e valores, que são, ao mesmo tempo, modalidades guiando o comportamento dos atores e as relações mantidas entre si”. Ele apresenta cinco aspectos componentes desses espaços:

1. Um conjunto espacial, portanto um espaço geográfico, que não tem fronteiras no sentido específico, mas que apresenta certa unidade traduzida por comportamentos identificáveis e específicos;
2. Um coletivo de atores (empresas, instituições de pesquisa e de formação, poderes públicos locais, indivíduos, qualificados) que devem gozar de relativa independência de decisão e de autonomia na formulação de suas escolhas estratégicas;
3. Elementos materiais específicos (empresas, infra-estruturas), e também elementos imateriais (competências, regras) e institucionais;
4. Uma lógica de organização (capacidade de cooperar) que visa utilizar de melhor maneira os recursos criados em comum pelos atores abertos para relacionamentos entre si e interdependentes;
5. Uma lógica de aprendizagem (capacidade de mudança) que revela a capacidade dos atores de modificar seu comportamento em função das transformações do meio tecnológico e do mercado.

A questão histórica e cultural é um outro ponto importante para se entender à formação dos espaços locais. Isto implica que no transcorrer dos tempos, os costumes, os valores e os hábitos de uma sociedade constroem a sua identidade e definem as suas especificidades.

O lugar-local é o espaço da herança histórica. Dele projeta a percepção de realidades construídas no passado, modernizadas de acordo com os ritmos econômicos e renovadas com os avanços culturais. (...) Os processos demográficos, econômicos e culturais têm caráter histórico e fazem parte do contexto da formação econômica da região de inserção (VIEIRA e VIEIRA apud HOFFMANN, 2005, p. 32).

Diante do exposto, Hoffmann (2005) afirma que o desenvolvimento de uma região depende, em grande parte, de algumas características intangíveis que cada território

pode conter, as quais emanam de valores culturais historicamente herdadas. segundo Fukuyama (1996, p. 280), ao se considerar os valores culturais como importantes agentes do desenvolvimento de uma região, conclui-se que esse processo extrapola a observação exclusiva das variáveis econômicas, ou seja, além das características econômicas, propriamente ditas, a formação das condições de desenvolvimento de uma determinada região também são fortemente influenciadas por variáveis culturais do lugar. “A vida econômica é profundamente engastada na vida social e não pode ser compreendida fora do contexto dos costumes, princípios morais e hábitos da sociedade no qual ela se insere. Em suma, ela não pode ser divorciada da cultura”.

Para Park (1916, p. 30-31), a cidade não é somente uma unidade ecológica e geográfica, é também uma unidade econômica e, a organização desta, baseia-se na divisão do trabalho. Ela é o “habitat natural do homem civilizado. Por essa razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar”.

Mas, enquanto processo cultural, o desenvolvimento relaciona-se a diversas outras variáveis sócio-culturais, que vão além das econômicas. Tais variáveis, por sua vez, gravitam em torno de identidades culturais coletivas construidoras do território. Os territórios são causas e conseqüências das identidades culturais construídas em seu espaço (HOFFMANN, 2005).

Produto e produtor de identidade, o território não é apenas um “ter” mediador de relações de poder (político e econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o “ser” de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja sobreposta e/ou descontínua (HOFFMANN, 2005, p. 33).

Seguindo este raciocínio, Hoffmann (2005, p. 34) afirma que “não há território sem algum tipo de identificação, valorização e formação simbólica de identidade em seu espaço, pelos seus habitantes. Assim como não existe a formação dessas identidades sem um espaço de relações econômicas e sociais definido”. Ele destaca a importância da cultura na vida da sociedade, pois enquanto compartilhada entre um grupo em um determinado espaço, forma uma identidade territorial. E esta influenciará o desenvolvimento territorial local.

Mas os valores culturais precisam ser compartilhados pela população, de forma a se construir uma identidade local. Conforme Hoffmann (2005:35), “caso esses valores não sejam levados a cabo por essa ampla camada da sociedade local, não haverá formação de uma identidade e, conseqüentemente, não será aproveitado o diferencial do território”.

Diante do exposto supracitado, verifica-se que o fenômeno contemporâneo denominado globalização alterou as estruturas produtivas, as relações técnicas e sociais de produção e os padrões organizacionais e locais. Não se trata de uma simples expansão da atuação das grandes corporações à escala mundial e na ampliação do mercado, mas de uma mudança nas relações de poder, na criação de cadeias de valor baseadas em novas formas de cooperação e competição, na destruição ou desestruturação das autonomias monetárias nacionais.

O processo de globalização é heterogêneo na forma e nos efeitos, envolvendo intrincadas e justapostas interações entre uma ampla variedade de aspectos sociais, políticos, econômicos, institucionais, culturais, com tendências inter-relacionadas, cujos agentes tanto na cooperação quanto na competição possuem diferentes e cambiantes poderes de ação. O processo de globalização universalizada, ao mesmo tempo fragmenta e quebra o espaço mundial em uma relação dialética na qual se aumenta as desigualdades.

No bojo da relação dialética que combina o hiper-espaço da circulação do capital com a recriação da localidade ressurgem o discurso de política de ação local na busca da construção econômica e social. O local como conceito multifacetado, envolvendo escala, especificidades, autonomia, nível de complexidade. A ideia de lugar ou de região, como porção do espaço onde as pessoas habitam e realizam suas práticas, ocorrem às relações e transformações sociais.

Ao mesmo tempo, o local exige escalas mínimas que viabilizem o controle, a dominação, a construção do poder, levando à combinação da hiper-escala dos espaços de circulação do capital e à hipo-escala dos nexos de produção e consumo, ou seja, local como instância intermediária entre o nível macroeconômico do sistema nacional e o nível microeconômico da empresa, ou do ator.

Consideradas as diversidades regionais, o tamanho do país em termos geográficos e populacionais, torna-se relevante o estabelecimento de uma política tecnológica e industrial regionalizada para o Brasil. Storper (1995) enfatizou a importância do ambiente social e cultural no processo de desenvolvimento regional ou local. Amin e Thriff (1994) argumentaram que a vida econômica local ou regional depende das relações cognitivas entre as instituições culturais, sociais e políticas.

As atividades econômicas, num mundo crescentemente integrado, buscam as localidades mais lucrativas, recriando o local e aumentando a competição regional. (MARKUNSEN, 1995) Para isso, homogeneiza-se o espaço para o movimento do capital, das mercadorias e do trabalho e, ao mesmo tempo, reforça-se as instituições e as políticas sociais, criando uma forte competição inter-territorial, a exemplo da União Européia ou Guerra fiscal no Brasil.

No contexto de globalização a luta competitiva e o processo de inovação decorrente abrem “janelas de oportunidade”. Isto significa que a capacidade de atração de cada região ou localidade passa a depender, cada vez mais, do conjunto de elementos locais, naturais, econômicos, sociais, culturais e políticos. Na atual era do conhecimento e da crescente integração em redes, a região ressurgue como lócus da organização produtiva e da inovação, onde o esforço e o sucesso da pesquisa, da ação institucional, do aprendizado se dão de forma coletiva.

O elemento central no processo de crescimento e competitividade é a inovação tecnológica, a variável independente deve ser a política tecnológica, à qual deve estar subordinada a política industrial. O estabelecimento de diretrizes para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil deve partir de algumas constatações básicas: i) o aproveitamento das potencialidades naturais, o nível de desenvolvimento da economia e a dimensão territorial e populacional; ii) os projetos e programas devem ter um enraizamento local, combinando as potencialidades e a experiência acumulada com a ação dos agentes locais.

As diretrizes de um programa brasileiro de pesquisa tecnológico deveriam partir da conjugação de dois fundamentos básicos: a base produtiva existente e o potencial econômico de cada região. Assim, é fundamental a coordenação da política Federal, junto às Estaduais e Municipais, representada pela ação de um conjunto de órgãos e instituições, associados à iniciativa privada, dentro da concepção de que o processo

de inovação ocorre dentro da articulação entre empresas, sistema acadêmico universitário e instituições de pesquisa e o ambiente social, cultural e político.

O que pode ser considerado como um “renascimento” mais recente da relevância de empresas de pequeno porte tem origem a partir da década de 1970, período em que se observa a crise do modelo fordista de produção, marcada pela instabilidade e segmentação da demanda, oriunda da redução relativa da renda. Esta fase de saturação relativa do modelo de produção em massa – sustentado na dominação das grandes empresas verticalmente integradas, com produção de bens estandardizados e voltados para mercados baseados na competição via preços – contribuiu para a emergência de novos formatos organizacionais com maior flexibilidade, em período marcado por intensas mudanças tecnológicas e organizacionais.

Entre as extraordinárias mudanças ocorridas em escala mundial, e intensificadas particularmente na década de 1990, destacam-se como de particular interesse para o resgate das MPE's no debate sobre desenvolvimento econômico: i) o processo acelerado de globalização associado à ii) difusão das tecnologias da informação e das comunicações (TIC); iii) a crise do planejamento e das intervenções regionais centralizadoras, fortalecendo a interação de atores locais com governos estaduais, municipais, etc.; iv) a reestruturação dos mercados, a partir da crise da demanda; e v) a megametropolização e acentuação de problemas urbanos, que estimulou deslocamentos espaciais dos investimentos para regiões periféricas.

A difusão das TIC's permitiu a interconexão, em tempo real, de regiões distintas e geograficamente distantes. A comunicação e a troca de informação passaram a ser feitas em quantidade e velocidade nunca antes experimentadas. Mas ao mesmo tempo em que se ampliou o processo de globalização, novas formas de polarização e exclusão foram criadas como a capacidade desigual de desenvolver, produzir e usar novas tecnologias e de renovar as bases do conhecimento e as habilidades para utilizá-las.

Nessa discussão é essencial enfatizar que as políticas para mobilizar processos de geração e uso de conhecimentos são muito mais complexas quando estes são tidos como o principal recurso do padrão de acumulação e, assim, de forma alguma

podem ser considerados separadamente das questões sobre poder econômico e político.

Alguns dos problemas enfrentados pelos países da América Latina decorrem:

- Da dificuldade de captar e compreender a natureza e as conseqüências dos atuais desafios ao desenvolvimento industrial e tecnológico;
- Dificuldade de definir e implementar políticas adequadas ao mesmo.

Um desafio decorre da inadequação dos enfoques teórico-conceituais econômicos tradicionais, os quais são baseados no caráter físico dos recursos e em sua escassez. A difusão do novo padrão vem contribuindo para expor ainda mais os conceitos e modelos econômicos tradicionais. Há um confronto entre a emergência de uma nova realidade e a tentativa de entendê-la utilizando antigos instrumentos conceituais e analíticos. Na grande maioria das escolas de pensamento ainda predomina o uso de um modelo concebido para dar conta de produtos e atividades do antigo padrão. Observa-se uma tentativa de adaptar os enfoques conceituais, metodológicos e analíticos desenvolvidos para a era industrial ao novo padrão de acumulação. Mas tais tentativas, além de não darem conta das especificidades do novo padrão, junto com a descrença na necessidade de desenvolver novos enfoques, contribuem para retardar este desenvolvimento.

Para entender a dinâmica do desenvolvimento industrial e tecnológico, e propor políticas para ele, é fundamental considerar e atuar sobre os condicionantes do quadro macroeconômico, político, institucional e financeiro específicos de cada país. Coutinho (1995, p. 21-26), enfatiza a *importância dos novos projetos de desenvolvimento ter como esteio uma articulação mutuamente reforçadora entre a política macroeconômica e a política industrial e tecnológica, buscando “uma inserção competitiva autônoma, comercialmente superavitária, para assegurar ao Brasil uma convivência não vulnerável e não destrutiva com o processo de globalização”*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T.A. et SERRA, R.V. (orgs) (2001). *Cidades Médias*. Rio de Janeiro: IPEA.
- AMIN, Ash**, THRIFT, Nigel (1994). Living in the global. In: AMIN, Ash, THRIFT, Nigel. *Globalization, institutions, and regional development in Europe*. Oxford: Oxford University Press, p 1-22.
- AJARA, César (2001). “*Brasil: espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica de geração de riquezas*”, Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG.
- BANDEIRA, P. (1999). *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*. Texto para discussão nº. 630. Brasília: IPEA.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (1992). *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha (1998). “*O Local e o Periférico: qual ingenuidade?*”. Proposta - Revista Trimestral de Debate da FASE - Nº. 78. Rio de Janeiro: FASE.
- BRANDÃO, Carlos A. (2003). *A dimensão espacial do subdesenvolvimento*. Tese Livre Docência. Campinas, UNICAMP/IE.
- BRANDÃO, C. A. et all (2006). *Construir o Espaço Supra-Local de Articulação Sócio-Produtiva e das Estratégias de Desenvolvimento: os novos arranjos institucionais*. In: DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco (org.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- CANO, Wilson (1998). “*Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930*”. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, ABEP, vol. 2, pp. 67-80.
- CASSIOLATO, J. E. (1999). *A Economia do Conhecimento e as Novas Políticas Industriais e Tecnológicas*. In: LASTRES, H. M. M. e ALBAGLI, S. (orgs). *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- CASTELLS, Manuel (2000). *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel (1993). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COCCO, Giuseppe (1999). *A cidade policêntrica e o trabalho da multidão*. Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, nº 9-10. Rio de Janeiro: NEPCOM/UFRJ.
- CORRÊA, R.L. (2006). *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CORRÊA, R.L. (1995). *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 3ª edição.
- COUTINHO, Luciano (1995). *Notas sobre a natureza da globalização*. Economia e Sociedade, Revista do IE da UNICAMP, n. 4, junho, pp. 21-26.
- CREVOISIER, O.; MAILLAT, D. (1989) *Milieu, organization et système de production territorial: vers une nouvelle théorie du développement spatial*. Dossier de l'IRER 24, Neuchâtel.

- DINIZ, C. C. (2002) *Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos*. In: CASTRO, Ana Célia. (Org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II*. Rio de Janeiro, BNDES, v. 3.
- ENTREVISTA COM O PROF. DR. ROBERTO LOBATO CORRÊA – *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis - SC, nº. 01, p. 01-14, jun./2005.
- FUKUYAMA, F. (1996). *Confiança: As virtudes e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GILLY, J. P.(1987). *Espace productifs locaux, politique d'emploi des firmes et transformations du rapport salarial*. In: FOURCADE, C. (ed.). *Industrie et régions*. Paris: Economica, p. 45-53.
- HARVEY, D. (1989). *The Condition of Post modernity*. Oxford: Blackwell.
- HARVEY, D. (2004). *Espaços da Esperança*. São Paulo, Loyola.
- HOFFMANN, T. R. (2005). *Guarapari Cidade Saúde: Um estudo de caso da relação existente entre capital social e desenvolvimento local*. Vitória.
- LASTRES, H. M. M. (1997). *A globalização e o papel das políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Texto para Discussão 519. Brasília, IPEA.
- LASTRES, H. M. M. et alli (2000). *Novas políticas na economia do conhecimento e do aprendizado*. IE/UFRJ, Contrato BNDES/FINEP/FUJB Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, NT 11.
- LOPES, Rodrigo. (1998) *A Cidade Intencional: o planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro: Mauad, 181 p.
- LLORENS, F. A. (2001). *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES.
- MAILLAT, D. (2002). *Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção*. R. Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, nº. 4, p. 9-19.
- MARKUSEN, A (1995). *Sticky Place in slippery space*. *Economic geography*.
- MENEZES, W. F. (2003). *Nas Asas da Globalização: uma avaliação do desenvolvimento regional e dos distritos industriais*. R. BAHIA ANÁLISE & DADOS, Salvador, nº 2, 305-315.
- OHMAE, K. (1996). *De l'Etat-nation aux Etats-régions*. Paris:Dunod.
- PARK, R.E. (1916). *Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: Velho, Otávio (org.) (1991). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PERRIN, J. C. (1983). *La reconversion du Bassin d'Alès*. Aix-en-Provence: CER.
- REICH, R. (1991). *L'économie mondialisée*. Paris: Dunod.
- SANTOS, Milton (2003). *Por uma outra Globalização*. Rio de janeiro. Ed. Record.

- SILVEIRA, Caio; BOCAYUVA, Cunha e ZAPATA, Tânia (2001). *Ações Integradas e Desenvolvimento Local: tendências, oportunidades e caminhos*. São Paulo; Instituto Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-EAESP.
- SILVEIRA, C.M. et BOCAYUVA, P.C.C. (1998). Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - Enfoque Estratégico e Construção de Indicadores. *Revista Interface*, número 1. Rio de Janeiro: Napp/Unicef.
- SCOTT, A. (1986) *High Technology and Territorial Development: the Rise of the Orange County Complex*. *Urban Geography*, n. 7, p. 3-45.
- STEINBERGER et BRUNA (2001). *Cidades Médias*. Rio de Janeiro: IPEA.
- STORPER, Michael (1995). *The resurgence of regional economies, ten years later: The region as a nexus of untraded interdependencies*. *European Urban and Regional Studies*, 2 (3), p 191-221.
- VAINER, C.B. (2003). Utopias urbanas e o Desafio Democrático. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n° 105, p.25-31, jul/dez.